

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROFESSOR ORIENTADOR: Eduardo Meditsch

A COLHEITA DA EXCLUSÃO

Josette Goulart
Florianópolis, março de 1999.

SUMÁRIO

Relatório de Trabalho	3
A colheita da exclusão	6
Em busca de educação	10
Escravos da indústria	14
Facilidades e dificuldades na plantação de hortaliças	15
População diminui gradativamente	17
As relações de trabalho baseadas no individualismo	19
Agroecologia é saída para quem quer ficar no campo	22
História francesa no incentivo à agricultura familiar	25
Pronaf – O incentivo do governo brasileiro	27
“Para melhorar, tem que voltar a ditadura”	29
O difícil caminho da comercialização	30
A história da agricultura no Brasil	33
O fim do agricultor nos Estados Unidos	36
Bibliografia	39

RELATÓRIO DE TRABALHO

Nome do Projeto: A Colheita da Exclusão

Justificativa: O tema foi escolhido em função do descaso dos governos brasileiros à agricultura familiar e a cobertura da imprensa que dificilmente fala das dificuldades e prejuízos que a agricultura vem sofrendo nos últimos tempos.

Objetivos: Mostrar a situação dos pequenos agricultores e as dificuldades que enfrentam para vender seus produtos. Procurou-se também apresentar o quadro de descaso do governo, a iniciativa de alguns agricultores em buscar novas saídas e como a modernização pode prejudicar os agricultores se não houver um sistema mínimo de organização e incentivo.

Procedimentos: Para a realização desse trabalho foram feitas cerca de 30 entrevistas, sendo a maioria delas feitas em Urubici, com agricultores e autoridades. Em Florianópolis procurou-se a ajuda de professores especializados no assunto e técnicos de organizações governamentais e não governamentais. Foi realizada pesquisa também junto ao IBGE, em bibliografia especializada e Internet e entrevistas realizadas em São Paulo durante curso de *trainees* da Gazeta Mercantil.

Facilidades e Dificuldades: O principal obstáculo encontrado para a execução do projeto foi provocado pela greve que se estendeu por tempo demais e acabou quebrando o semestre 98-2. Apesar de justa e do aprendizado que proporcionou através do Universidade Aberta on-line, onde trabalhei no período, a greve fez com que dois trabalhos finais fossem iniciados e um apenas terminado. O primeiro era uma grande reportagem sobre o caso Orofino. Foram realizadas diversas pesquisas sobre o que havia saído nos jornais da época e foi feito também o levantamento das fontes.

Quando iriam começar as entrevistas, começou simultaneamente a acontecer o processo de seleção para *trainee* da Gazeta Mercantil em São Paulo. Devido as viagens o projeto foi adiado. Fui aprovada na primeira etapa do processo de seleção e passei o mês de janeiro em São Paulo, o que inviabilizou totalmente o projeto caso quisesse me formar em 98-2, o que de fato é

muito importante já que estou indo trabalhar em São Paulo. Juntamente com o processo seletivo tinha a preocupação com a outra faculdade que fazia, Administração, e estávamos em final de semestre.

Em fevereiro comecei o novo projeto, mas ainda tive que gastar um tempo para repensá-lo. Decidi pelo tema pequenos agricultores em Urubici pelas facilidades que me proporcionaria em termos de custos e locomoção já que meus pais moram na cidade. Outro motivo era o conhecimento que se tinha da situação da agricultura em Urubici e o interesse que despertava.

Mas se por um lado facilitou o fato de ser uma situação já conhecida, por outro encontraram-se dificuldades no acesso a informação, já que no município são poucos os dados e registros que se encontram disponíveis. Como o tempo que se tinha era escasso, a reportagem foi feita basicamente em cima das entrevistas, mas procurou-se ouvir todos os lados, como manda a boa regra do jornalismo.

Conclusão: Quando iniciei a reportagem, parti do pressuposto de que a situação dos pequenos agricultores não era fácil e que por falta de uma cultura voltada para a cooperação e falta de informação os pequenos agricultores estavam falindo e deixando as cidades em busca de novos caminhos. A teoria foi comprovada, apesar de que dados oficiais sobre a saída do homem no campo não puderam ser claramente obtidas, com exceção do IBGE, mas pelos dados informais e a conversa com os agricultores comprovou-se que realmente está havendo essa fuga. A falta de educação também é um fator chave.

Como muitos entrevistados salientaram “é mais fácil governar um povo ignorante, desorganizado e individualista.” Em Urubici essa ignorância faz com que as pessoas deixem de buscar alternativas que são viáveis para a comercialização dos produtos, por exemplo. O conservadorismo também se mostrou forte. Os agricultores esquecem que precisam mais do que saber plantar num tempo de novas tecnologias em que onde se planta, dá. Diferente do que acontecia anos atrás. Assim foram-se perdendo mercados e o poder aquisitivo diminuiu visivelmente, prova disso são os equipamentos, carros e casas que não são renovados há meia década. Muitos culpam a tecnologia como fator base de perda de mercado. Mas na verdade o que se observa é que o principal castrador é a falta de informação.

É a exclusão que o governo impôs a essa parcela da população, que corresponde a 50% do conjunto habitacional do país. Prova disso foi o despraparo dos agricultores com a entrada do Real, fazendo com que eles gastassem o dinheiro que tinham no banco com bobagens, por ilusão, achando que tinham ficado mais pobres. Despreparo também para a concorrência do Mercosul, principalmente da Argentina, país em que os insumos agrícolas são subsidiados pelo governo, fazendo com que se tornem mais competitivos. Faço minhas as palavras do juiz de Direito do município, Pedro Carvalho. "A agricultura virou um problema social, com falta de uma política agrícola adequada."

A COLHEITA DA EXCLUSÃO

Safra de 1999. Trezentos caminhões de beterrabas deixam de ser colhidos em Urubici. Essa é a notícia que se comenta na cidade, no comércio. Os moradores ficam cismados com o pequeno movimento nas ruas, nas lojas. Filas em banco, tão comuns em época de safra, são raras. Os caminhões carregados que adormeciam nos postos de gasolina agora são em menor número e menor frequência. A cidade, já pacata, toma-se mais pacata. A colheita da exclusão começa a ser vislumbrada em Urubici, município de terras férteis, belas paisagens, mas condenado ao esquecimento pelos planejadores da nova ordem globalizada, que não previram lugar para a agricultura familiar tradicional nem para os seres humanos que dela se ocupam.

Sem uma política governamental que atenda as reais necessidades dos agricultores o município vai sobrevivendo como pode, tentando um incentivo ao turismo rural daqui, buscando uma agro-indústria dali. O governo oferece o PRONAF, uma política de financiamento da agricultura familiar. Mas aos agricultores falta educação, falta tecnologia, faltam subsídios, falta qualidade de vida. O preço dos insumos agrícolas são altos e com a desvalorização do câmbio subiram mais ainda.

“Os nosso agricultores sabem plantar como ninguém, mas não sabem vender”, interpreta a primeira-dama da cidade, Mari Rovane Costa. A presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município, Salette Terezinha Delfino, acredita que a classe mais desunida é a dos agricultores. “Acho que o governo nem sabe a crise que estamos passando.” O presidente da Cooperativa de Crédito Araucária, João Frischembruder, diz que o problema é que o agricultor não é preparado para enfrentar o mercado. “O agricultor não aprendeu que se não mudar fica fora do processo, mas espera alguém fazer primeiro, para depois seguir”.

João Frischembruder vai perfilando os problemas: Primeiro é que o país não foi preparado para enfrentar a concorrência do Mercosul. Segundo, a cada ano que passa vai diminuindo o poder aquisitivo das pessoas que não têm como adquirir novos equipamentos. “Cada vez que melhora a tecnologia mais famílias são mandadas embora.” Em terceiro lugar não existe uma visão cooperativista de trabalho.

O resultado dessa falta de união, dessa falta de espírito cooperativista ajuda a agravar o maior problema do agricultor urubiciense, a comercialização. O comentário na cidade é de que não se consegue vender a produção. Mas o que acontece é que o agricultor fica à espera do atravessador. Ano passado, segundo o gerente local do Banco do Brasil, Juércio Luís Burgardt, os atravessadores deram um calote geral na população. "Compravam a produção com cheques para trinta dias, completamente sem fundos, isso quando os agricultores não vendiam sem nem receber o cheque. Neste ano, nem os caloteiros vieram comprar o produto e pior, quando vêm eles fazem o preço". No Banco do Brasil, o maior financiador da agricultura, 102 agricultores estão devendo em juízo.

De acordo com o juiz de direito, Pedro Carvalho, para tentar amenizar a situação dos credores, uma circular do corregedor-geral da Justiça pede que as comarcas realizem audiências conciliatórias para não agravar ainda mais a situação difícil que tantas empresas e agricultores vêm enfrentando. Dessa forma, os agricultores estão renegociando com o banco e ganhando prorrogação das dívidas e parcelamento por até cinco anos.

Mas isso não resolve o problema, de acordo com o juiz, é apenas um paliativo. "O agricultor, por exemplo, recebeu o calote mas não registrou a ocorrência, e depois o mesmo caloteiro volta e engana outro. A agricultura virou um problema social, com uma falta de política agrícola."

Há quem veja uma saída. Como incentivar e conscientizar o agricultor para que se una para vender o produto, diz João Frischembuder. Assim, se cada dez agricultores se reunissem, poderiam por exemplo vender para a CEASA (Central de Abastecimento), que exige garantia de entrega do produto, que um agricultor sozinho não poderia suprir. O agricultor além de não buscar a CEASA como opção, acaba desistindo de buscar outros mercados.

Outra opção de comércio seria a região sul do estado, mas a opção não é das melhores segundo o prefeito de Urubici, Adilson José da Costa, por causa da estrada de escoamento. A SC 439 que dá acesso ao sul não é pavimentada e existe a passagem obrigatória pela Serra do Corvo Branco, aberta precariamente ao tráfego (ver quadro). O prefeito acredita que assim que a estrada estiver em condições, pavimentada e com bom acesso pelo Corvo Branco, grande

parte do problema de escoamento da produção estará resolvido, abrindo uma nova frente de comercialização. Resta saber se depois de pronta a estrada o produto realmente será vendido mais facilmente. Alguns já tentam novas alternativas.

Na época em que as hortaliças de Urubici eram facilmente vendidas e a um preço bom, os agricultores tinham orgulho e levavam a carga para São Paulo com faixas nos caminhões onde estava escrito "Verduras de Urubici". Mas depois começou a ser comum a prática entre eles da "boca de caixa", onde apenas os produtos na parte de cima da caixa eram de boa qualidade. Esse foi mais um fator que levou à perda de mercado.

Na comunidade de Santa Teresa, algumas famílias estão investindo no turismo rural e abriram uma casa de café colonial e restaurantes com pratos que utilizam como matéria-prima a própria produção agrícola. Na comunidade de São José, outras famílias investem na agroecologia, plantação sem agrotóxicos que proporciona um produto de maior qualidade, melhor preço e custo reduzido em 90%.

Ainda são poucos os pequenos agricultores que se reúnem para vender a produção para a CEASA, ou em outro mercado fora de Urubici. Outros saíram da cidade para a capital buscando ganhar mais, já que o clima permite que se tenha várias safras durante o ano. A cooperativa de crédito ainda caminha devagar, com apenas 53 sócios. E na cidade só quem sorri são os plantadores de maçã, que não têm mais a concorrência Argentina com a desvalorização do Real e esperam uma safra de bastante lucro.

São tentativas ainda tímidas de encontrar uma saída para um município com mais de 1300 famílias de agricultores. A situação deixa as autoridades locais apreensivas. A prefeitura sobrevive do governo do estado, já que nenhuma indústria de porte existe na cidade, e desde janeiro deste ano nem isso está garantido, pois o prefeito é do PMDB e o atual governador do PPIB. Sem agro-indústria, sem cooperativas fortes, sem comercialização do produto, não há luz no fim do túnel: "Se continuar assim", diz o gerente do Banco do Brasil, "o último que sair apague a luz por favor."

ÉPOCA DE COLHEITA E A SERRA SEM CONDIÇÕES DE TRÁFEGO

A Serra do Corvo Branco é um dos mais belos cartões postais de Urubici. A natureza e o caminho aberto pelo homem se misturam. As curvas são extremamente fechadas e a estrada é estreita, podendo passar um único carro por vez. Os caminhões que por lá passam tem que fazer diversas manobras para vencer o caminho. Como a Serra faz ligação com uma das principais fontes de escoamento da produção agrícola, os agricultores sempre reivindicaram um alargamento da estrada para que os caminhões pudessem passar. Em 1997 o prefeito de Urubici, do PMDB, conseguiu junto ao governo Paulo Afonso Vieira que as obras começassem. Mas um erro de engenharia, provocou uma explosão no lugar errado, tomando o caminho mais perigoso ainda e intransitável por meses. Hoje a serra está liberada para o tráfego mas sem os dispositivos de segurança. Tem-se notícia de quatro caminhões que tiveram de ser descarregados e puxados a trator pois corriam o risco de cair no peral. O governo Amin pediu 45 dias para revestir a estrada com concreto. Terminado o prazo, pediu mais 45 dias. Os agricultores sofrem com o problema justamente na época de safra. O atual governo do estado prometeu que além de melhorar as condições, irá asfaltar a SC 439, via de acesso ao sul do estado. Mas essa já tinha sido a promessa de várias campanhas passadas.

EM BUSCA DE EDUCAÇÃO

“A gente é que sente a falta do estudo.” Marli José da Cruz, 48 anos, pequeno agricultor da Guarda do Cubatão em Palhoça, paga aluguel, trabalha nas terras do seu Bertilo Nicheus, um amigo, e ganha o suficiente para se vestir, comer, e se não for sempre, tomar remédio. Apesar de gastar pouco em supermercado, por produzir a própria comida, vai precisar fazer uma economia no aluguel que hoje é de R\$ 200,00. Dentro de um mês vai levar sua esposa e filho para uma casa menor e mais distante do trabalho, mas pela metade do preço. A economia até não seria tão necessária se Leti, como é conhecido, não tivesse uma dívida com o Banco do Brasil que era de R\$3.000,00 e já ultrapassa os R\$4.500,00 por causa dos juros.

Leti viveu a maior parte da vida em Urubici, no Planalto Serrano em Santa Catarina, e até hoje só sabe assinar seu nome. Filho de agricultores, antes de casar, lá pelos seus 20 anos, trabalhava em uma serraria, a sensação daquela época na cidade. “Tempo de vacas gordas aqueles”, lembra Leti, “quando tinha emprego pra todo mundo”. Aos 23, casou e voltou para a roça.

Há 25 anos vivendo ao lado de Valdeci Morgan da Cruz, Leti já teve sua casa, seu carro, sua feira, sua verdureira. Trabalhando como parceiro, pois não tinha terra. Entrava com a mão-de-obra na lavoura do patrão em troca de um pedaço de terra para explorar, chegou a ganhar “muito dinheiro”, mas como o banco pagava um juro baixo, entregou-o na mão de seu parceiro, Roberto Johnson. A parceria durou seis anos, só que Leti não contava com a falência do dono da terra. “Cheguei a ter o dinheiro de duas mercedinhas na mão do seu Roberto, que ele não me devolveu até hoje.”

Em meados da década de 80, quando ainda trabalhava com seu Roberto Johnson, Leti, com o apoio da prefeitura, passou a vender em uma feira própria, todo sábado de manhã. “O que eu vendia de verdura não era brincadeira, abria às seis horas da manhã e às nove não tinha mais nada”. Depois de dois anos de feira, a esposa Valdeci ficou doente. Um mioma no útero a hospitalizou e Leti então parou com a feira porque não sabia ler e ia acabar tendo prejuízo.

Depois da concordata de Roberto Johnson, Leti vendeu a Kombi que possuía para poder tocar a roça e alugou uma sala para abrir uma verdureira. Com o sucesso da feira várias foram as

verdureiras que abriram na cidade. A loja de Leti foi aberta em sociedade com um sobrinho que entrava com o caminhão para buscar verduras na capital na época da entre-safra. Depois de três meses, descobriu que o sobrinho dava o calote e repassava preços mais caros, o que acabava por tirar a clientela da verdureira. Mais três meses e fechou a loja.

Por mais nove anos, trabalhou com parceiros. Dessa vez, colocava o dinheiro no banco e com os juros exorbitantes de época de inflação conseguiu reunir uma boa quantia. Construiu uma casa na Esquina, bairro comercial de Urubici, com boas e grandes acomodações. Comprou um Opala vermelho, um bom carro na época. Foi quando passou a trabalhar por conta própria e tornou-se arrendatário.

De acordo com Leti, a entrada do Plano Real, o fim da inflação e “o tal do Mercosul” foram o fim dos bons tempos do agricultor. “Com o dinheiro no juro eu ganhava uns nove salários mínimos por mês, só de juro. Hoje não tem inflação e não tem dinheiro. Se tinha uma galinha morta debaixo do braço eu vendia e o dinheiro girava, não interessava que os preços mudassem o tempo inteiro. Mas ainda tem esse tal de Mercosul, a concorrência veio e a gente não tava preparado. Já teve roça d’eu comprar uma casa, um carro e ainda sobrava dinheiro para a outra roça.”

Leti tirou o dinheiro do banco depois do Real, com a impressão de que tinha ficado com menos dinheiro e acabou gastando em eletroeletrônicos. Depois de uma safra ruim, teve que pedir financiamento para poder produzir.

Mas veio outra safra frustrada. Não teve comercialização e no prazo final de pagamento do banco, faltou dinheiro para ressarcir a dívida. “Eu é que não ia passar fome para dar dinheiro pro banco, aí resolvi vir pra cá, pra Palhoça onde tinha o seu Bertilo, que é um pai, e me convidou para trabalhar com ele. Se eu ficasse lá eu ia morrer de fome. Aqui pelo menos dá safra o ano inteiro. Lá, no inverno, a gente ainda tinha que pagar aquele preço absurdo das verdureiras se quisesse comer, mesmo a gente que plantava. A única coisa ruim daqui é o preço do aluguel, mas quero vender meu apartamento lá, comprar um terreno aqui e construir minha casa, os *compadi* já até disseram que me ajudam”.

A exemplo de Leti, outras 30 famílias urubicienses mudaram-se para a Guarda do Cubatão. Mas não existe nenhum dado registrado sobre essas saídas nos órgãos oficiais. De acordo com a assistente social do município de Urubici, Sônia Feldmann Momo, que trabalhou até 1993 na prefeitura de Florianópolis, cerca de outras 30 famílias moram nos morros e favelas da capital. Leti diz o porquê dessa fuga. “Lá não tem uma indústria para aproveitar a sobra da produção. Se não entrar uma fábrica de doce, conserva, mousse, sei lá, aquilo vai virar uma cidade de aposentados. Aquilo que vai fora e que seria vendido para as fábricas tiraria a despesa da roça”.

Outro motivo que trouxe Leti para próximo da capital foi o estudo de seu filho mais novo, Calébrio, de 15 anos. Em Urubici, Calébrio foi revezando entre o colégio estadual e o privado, de acordo com as possibilidades de Leti de pagar ou não mensalidades. Mas a maior parte do primeiro grau estudou no Colégio Santa Clara, um colégio de freiras. Em Palhoça estuda num colégio estadual. “Aquele menino é muito inteligente, o outro (Emilson, casado, 24 anos) é que nem eu, não estudou, mas o Calébrio vai fazer faculdade e eu tinha que tá aqui perto, pra cuidar e não deixar ele se envolver com más companhias e droga. Eu vim pra cá por causa do estudo dele também, já chega eu que tive que trabalhar feito um cavalo nessas roça pra hoje não ter nada e sem poder conseguir outro emprego. A gente tem que se *virá* porque o governo não tá nem aí pra gente.”

No início da década de 90, Leti vendeu a casa que tinha e comprou um apartamento em Urubici mesmo. Vendeu o Opala e comprou um gol “baratinha”, modelo 80 do Volkswagen. O apartamento não consegue vender, nem alugar. Há oito meses, quando mudou-se para Palhoça, ainda conseguia equivaler o aluguel daqui com o de lá. O carro está hipotecado no banco. “Meu pai vivia uma vida melhor do que a minha, plantava fumo, colhia para subsistência, todo mundo tinha dinheiro. Antes não tinha banco mas não se ficava devendo pra ninguém. Hoje não consigo andar na rua que parece que tá todo mundo apontando pra mim. Nunca devi uma caixa de fósforo pra ninguém, hoje não consigo deitar minha cabeça tranqüila no travesseiro.”

Na opinião do agricultor, a agricultura faliu em benefício das agropecuárias – as lojas que comercializam insumos. “Hoje o que dá dinheiro é a agropecuária, veja o Rodonci (dono de

agropecuária), quando chegou em Urubici não tinha nada, hoje é o senhor Rodonei e quem deu o dinheiro que ele tem? Foram os colonos.”

ESCRAVOS DA INDÚSTRIA

O impacto que Leti sentiu foi o chamado processo de tecnificação ou de criação de uma nova base técnica de produção. Esse processo de modernização da agricultura é coordenado pelo setor não-agrícola. De um lado, pelo setor industrial produtor dessa tecnologia (máquinas, equipamentos, adubos químicos, agrotóxicos, etc) e, de outro, pelo complexo agro-industrial, processador de alimentos e matérias-primas agrícolas, que passaram a impor o uso de tecnologias modernas. A agricultura passa a se caracterizar como um setor consumidor de insumos industriais e produtor de alimentos e matérias-primas para a indústria. Quem se deu bem neste processo foi quem se dedicou a intermediar essa relação.

Rodonei Pezente, 38 anos, com segundo grau completo, chegou a Urubici há 13 anos. Natural de Timbé do Sul, trabalhava até então como técnico auxiliar de agricultores em uma fumageira multinacional. Com a modernização sua utilidade na empresa acabou e então resolveu abrir sua agropecuária, num espaço de 100m² no bairro comercial de Urubici. Sua casa ficava atrás da loja, num espaço não muito maior que a Agrovale, a loja. Hoje a loja ocupa um espaço de 400m². Rodonei construiu uma casa, possui um carro Vectra. Seus três filhos estudam no Colégio Santa Clara.

Na cidade existem outras seis agropecuárias, mas Rodonei não reclama e diz que “dá pra todos.” Os principais clientes dele são os pequenos agricultores. “O pequeno é mais sério, não está tão enterrado como os grandes e compra em pouco, paga à vista porque sempre têm uma vaquinha que produz leite que vende para o laticínio. A gente tem até um convênio com o laticínio e recebemos direto deles, sem que o agricultor precise dar o dinheiro”.

Desde que abriu o negócio, Rodonei diz que o consumo e a procura por agrotóxicos aumentou bastante. Aumentou também o número deles. A cada ano, os laboratórios lançam um novo produto. “quando comecei tinha uns 20 defensivos na prateleira, agora tem mais de 100”. Hoje não precisa mais procurar o banco, nem o dinheiro de terceiros. A loja emprega cinco pessoas. Possui um caminhão próprio para entrega e um computador para facilitar o serviço.

De acordo com Rodonei, este está sendo o pior ano para o agricultor, porque ele não está conseguindo comercializar seu produto. Além disso, com a mudança do câmbio, os insumos, pelas suas contas, subiram em média 60%. E esse acréscimo, segundo a agricultora Cleusa Willeman, foi de mais de 100%. Essa diferença foi constatada no preço fornecido pela agropecuária antes da alta e do mesmo preço fornecido pela agricultora na época em que comprou os insumos. Mas para a próxima safra, com ou sem dinheiro, com preços elevados ou não, o agricultor precisará de defensivos, adubos e químicos para produzir.

Cleusa reclama e diz que, para produzir neste ano, terá de pedir dinheiro no banco, o que nunca fez em 20 anos de agricultora. Só nessa safra, teve que dispensar os dois diaristas que trabalhavam com ela e apenas a família é que ajudou na lavoura, o marido e os dois filhos, de 10 e 11 anos. Para Cleusa, o primeiro ano do real foi um ano lucrativo, onde a produção foi toda vendida e a um preço bom. Depois disso veio o Mercosul, e tiveram que deixar de plantar cebola, e de produzir leite por causa da concorrência, principalmente da Argentina. “Depois do Real, o povo realmente passou a comer melhor, só que o governo esqueceu de pensar em quem dá comida para o povo. Ele que nos forneça adubo, insumos para que possamos vender melhor. Eu já perdi só nesse ano metade da minha plantação, tá tudo barato e ninguém compra. Porque que o governo não compra a nossa produção e dá para aqueles favelados? Tão lá eles passando fome e nós aqui jogando comida fora.”

Rodonei discorda da opinião de Cleusa e Leti e diz que o Real foi bom para o agricultor porque pelo menos os preços dos insumos não subiam a todo instante, e os juros do banco passaram a ser fixos. “Até ano passado, estava excelente para o agricultor, só ficou ruim para quem lida com o banco e não sabe aplicar direito o dinheiro”.

FACILIDADES E DIFICULDADES NA PLANTAÇÃO DE HORTALIÇAS

A horticultura é um segmento da agricultura que tem como produto final as hortaliças, ricas em certos elementos nutritivos como sais minerais e vitaminas, que devem estar presentes na alimentação diária do ser humano. Em geral, são produtos de alta perecibilidade e de rápido ciclo de maturação. A primeira característica implica numa dificuldade de consumo não-imediato, enquanto a segunda facilita práticas de cultivo sob as mais diferentes condições climáticas. Em suma, à exceção de ambientes extremamente rigorosos e inalteráveis, há uma grande possibilidade de se obter o produto, e, sob determinadas circunstâncias, trabalhando-se até com safras contínuas.

Essa facilidade de se plantar a hortaliça tem dificultado o agricultor urubiciense. Até a década passada, Urubici era considerada a capital nacional da Hortaliça. Hoje não possui mais o título e cidades do oeste catarinense já a superam na produção do tomate, por exemplo. O mercado consumidor de hortaliças é representado sobretudo pelos maiores centros urbanos..

De acordo com relatório da Epagri de Urubici, praticamente o Brasil inteiro já comercializou produtos hortigranjeiros do município, mesmo os estados mais longínquos. Essa comercialização se dá principalmente através dos atravessadores. A produção de hortaliças tem uma tradição de 50 anos em Urubici. O relatório ainda diz que de maneira geral, o produtor se encontra em situação difícil, devido ao alto custo de produção e as incertezas do mercado consumidor, pois, o pequeno agricultor está descapitalizado e se obriga a buscar empréstimos bancários.

POPULAÇÃO DIMINUI GRADATIVAMENTE

Urubici possui uma população, de acordo com dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 10.259 pessoas. Esse número vem se reduzindo em média 5% a cada novo censo. A população rural até o censo de 1991 era 5% maior do que a urbana. No censo de 1996, a situação se inverteu e a urbana tornou-se 10% maior. De acordo com dados da Secretaria de Assistência Social do município, há registro de 1700 pessoas carentes na cidade, o que dá um índice de 16% da população total.

A queda do número de habitantes verificada a partir de 1970 pode ser explicada, primeiro, pela decadência da atividade extrativa vegetal. A exaustão das reservas florestais e o conseqüente desaparecimento de inúmeras serrarias, obrigou muitas pessoas ligadas ao setor a emigrarem em busca de novas oportunidades de trabalho. A primeira-dama e Secretária de Assistência Social, Mari Rovani, diz que a riqueza de Urubici foi levada embora pelos donos de serrarias. “Exploraram a nossa madeira e levaram o dinheiro todo embora, não investiram nada aqui. Levaram toda a nossa riqueza.”

Outro fator que contribuiu para a evasão foi a crescente mecanização da produção agrícola, segundo Celito José Israel, que fez uma dissertação de mestrado pelo curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a Horticultura em Urubici. Além disso, também influem as características da estrutura fundiária do município, cujas terras cultiváveis aparecem, freqüentemente, muito parceladas, formando minifúndios.

Essa divisão da terra ocorreu em conseqüência das sucessões em família, que proporcionava apenas um pedaço pequeno de terra a cada herdeiro. Muitos agricultores dizem que esse elevado fracionamento das propriedades agrícolas faz com que muitas pessoas, especialmente os jovens, por não vislumbrarem perspectivas de crescimento, emigrem à procura de trabalho e estudo.

Segundo alguns horticultores entrevistados, já na década de sessenta se observava no município, especialmente na área rural, uma corrente migratória orientada, notadamente, em direção ao Oeste do Paraná. De fato, nessa década, enquanto a população catarinense cresceu

36,28%, a população do município apresentou um aumento de apenas 19,36%. Nas décadas seguintes, o movimento emigratório se intensificou em direção aos centros urbanos, com destaque para a região da grande Florianópolis.

Essa evasão do campo é uma realidade em todo o estado. De acordo com o professor do curso de Agronomia da UFSC, que desenvolve projetos de ajuda à agricultura familiar por todo o estado, Antônio Carlos Machado, em cada cidade cerca de 150 famílias abandonam o campo por ano, e chegando nas cidades alojam-se em favelas e na maioria das vezes não conseguem emprego. Muitos voltam para o município de origem. Em Urubici, segundo a primeira-dama, Mari Rovani, houve uma grande evasão numa época em que ainda tinha emprego, e agora estão voltando numa época pior do que quando deixaram o município.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO BASEADAS NO INDIVIDUALISMO

Uma cooperativa é baseada no espírito de solidariedade que faz com que pessoas reúnam-se em um único sistema para alcançar um objetivo comum. No caso da agricultura, esses objetivos podem estar voltados principalmente para o crédito ou para a comercialização. Em Urubici atualmente existe a Cooperativa de Crédito Araucária com 53 sócios, mas na década de 80 existia também a Coopervale - Cooperativa Agropecuária do Vale do Canoas, que objetivava a comercialização do produto sem o intermédio do atravessador, tão comum na região.

A Coopervale não guardou informações sobre sua atuação e atividades econômicas no passado. Os únicos dados existentes constam na dissertação de mestrado de Celito José Israel, que realizou uma pesquisa entre os agricultores. Com base nelas, pôde constatar que somente 14% dos horticultores eram sócios da cooperativa. De acordo com informações obtidas de alguns funcionários, a Coopervale chegou a ter mais de 300 sócios.

Mas os agricultores insatisfeitos com o desempenho e serviços prestados começaram a abandonar o sistema e hoje a cooperativa ficou reduzida a menos de 30 sócios, todos vinculados ao cultivo de maçã.

No final dos anos 80, a cooperativa que havia começado como grande solução, começou a apresentar baixo desempenho. Não dava retorno financeiro aos sócios, cobrava muitas taxas para cobrir as despesas e ainda vendia a um preço mais baixo do que o atravessador pagava, segundo alguns ex-associados. Além de má administração, a cooperativa teve problemas porque os sócios, em vez de colocar o produto para ser comercializado através da cooperativa, vendiam direto ao atravessador. Com tantos desacertos, hoje os agricultores não querem nem ouvir falar em cooperativa de comercialização.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Salete Delfino, diz que os agricultores não confiam uns nos outros e nem pensam em uma nova cooperativa porque já têm a experiência dos que investiram e perderam tudo. O individualismo é um valor dominante na

região de Urubici. Em sua pesquisa, Celito Israel constatou uma imagem negativa da Coopervale.

Essa insatisfação fez com que a cooperativa tivesse uma pequena participação na comercialização de hortaliças. Segundo técnicos da Epagri de Urubici, a Coopervale participou do mercado comercializando apenas 5% da produção hortícola do município. Embora o volume comercializado possa ser considerado pequeno, a cooperativa exerceu uma atribuição relevante ao servir como referencial de preços. Hoje, nem esse referencial existe mais, e os agricultores que trabalham com produto altamente perecível acabam entregando-o pelo preço que os atravessadores oferecem, muitas vezes não cobrindo nem os custos de produção.

Celito Israel diz em sua dissertação que a decadência da Coopervale representa um retrocesso no processo de comercialização. Além disso, uma cooperativa poderia desenvolver outras atividades de interesse social como, por exemplo, a aquisição e fornecimento de implementos agrícolas e insumos de origem industrial. A cooperativa também poderia fazer o controle da produção, não permitindo assim que houvesse com tanta frequência um quadro de maior oferta que procura, o que também puxa o preço do produto para baixo.

Além de vender, o produtor também precisa financiar sua lavoura. Os bancos cobram juros altíssimos, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) tem seus prós e contras, então a outra saída para o agricultor seria a cooperativa de crédito. O professor do departamento de economia da Universidade de São Paulo, Ricardo Abramovay, diz que para o fortalecimento da agricultura familiar hoje, mais importante do que juros ou preços subsidiados é o acesso a créditos de custeio e sobretudo de investimentos. "São necessários recursos que apoiem projetos economicamente viáveis, socialmente integrados e ecologicamente sustentáveis. As instâncias locais do desenvolvimento têm um potencial muito maior para levar adiante estas iniciativas que os organismos federais. Fortalecê-las não significa deixar tudo nas mãos do mercado, mas abrir caminhos de regulação baseados na intensificação da vida associativa municipal e regional."

De acordo com um estudo realizado no final de 1997 pelo gerente administrativo financeiro do Sistema das Cooperativas de Crédito (da qual a Crediarucária faz parte), Pedro Paulo Pacheco,

os juros do banco chegavam a 23% ao ano, contabilizando as taxas extras. Já o gerente do Banco do Brasil de Urubici, Juércio Luís Burgardt, afirma que a única taxa cobrada é a do seguro de vida e mesmo assim é opcional. Resta saber como a dívida de R\$ 3.000,00 do Leti transformou-se em um ano em R\$ 4500,00. Alguém está fazendo a conta errado.

Um novo estudo não pôde ser feito no ano passado porque a parceria entre Banco do Brasil e Cooperativas de Crédito não existe mais. O gerente Juércio diz que a parceria acabou porque na verdade as cooperativas são concorrentes do banco, mas reconhece que as cooperativas podem ser mais interessantes ao agricultor por causa da atuação local. “No banco é preciso atender às regras do Banco Central.”

O professor da Agronomia, Antônio Carlos Machado diz que essa parceria deixou de existir em favorecimento do setor privado, porque sem a parceria com o Banco do Brasil, que é do governo, as cooperativas precisam buscar crédito junto aos bancos privados. “Sou a favor de muitas privatizações. Essas de prestação de serviços, caso da luz e telefone, por exemplo, onde a concorrência pode proporcionar melhor qualidade de atendimento e até redução de custos. Mas no caso de acesso ao crédito na agricultura, por exemplo, isso não faz sentido, pois se trata de um problema social que precisa do apoio do Estado.”

Nas cooperativas de crédito bem organizadas, as taxas podem chegar a zero, dependendo da capacidade de buscar recursos. A principal briga das cooperativas de crédito é para que o governo, em vez de repassar os recursos destinados à agricultura ao banco, repasse a elas, cooperativas, facilitando e barateando o acesso ao crédito.

O professor Antônio Carlos Machado, defensor da agricultura sustentável – a que não dependeria da indústria agrícola - diz que as cooperativas são um mal necessário. “Neste modelo capitalista em que vivemos não existe outra alternativa para o agricultor.”

agroecológicos. Os três produtores se reunirão também para buscar um financiamento que possibilite a compra de um caminhão para o transporte dos produtos até a feira.

Por enquanto, Lucinda utiliza agrotóxicos em outras partes da sua terra, mas já nesse ano pensa em começar a prepará-las para a agricultura ecológica. A mão-de-obra utilizada é a familiar, mas como a agroecologia exige um esforço maior, Lucinda pensa em contratar mão-de-obra extra, o que de maneira alguma aumentariam os custos a preços tão elevados quanto com a utilização dos agrotóxicos.

O processo produtivo da agroecologia é bem parecido com o utilizado nos primórdios da agricultura. O controle de pragas é feito à base de ervas e cinzas. O adubo utilizado é o esterco ou também o folhear, que é composto por esterco, melado e leite. O mato toma conta da plantação, mas a única maneira de retirá-lo é capinando. Nas lavouras tradicionais o veneno para a retirada do capim pode ser aplicado em cinco minutos. O resultado de tanto trabalho é um produto de boa qualidade e sem qualquer tipo de prejuízo à saúde tanto do agricultor como do consumidor final.

Na agricultura ecológica, o único produto comprado na agropecuária é a semente, porque essa ainda não sabem como fazer. Mas existem produtores, em outras cidades e estados, que já estão utilizando sementes casciras. Já o dono da Agrovale, Rodonei Pezente, diz que a agroecologia tem um grande problema na falta de mercado, é difícil de produzir e já dá para sobreviver se o agricultor tiver uma feira própria. “Ou seja, vamos continuar vendendo veneno por muito tempo”, completa Rodonei.

Sob a liderança de Lucinda, os três agricultores alternativos têm planos de abrir uma feira em Urubici e pensam também em investir em alguma agro-indústria, mas buscando resgatar a história para fugir da tecnologia. “Vamos pesquisar pra ver como se fazia antigamente e começar de novo. Hoje o agricultor não tem dinheiro para nada, muito menos para investir numa agro-indústria. Resgatando o passado, nós vamos estar investindo no futuro como está acontecendo com a agricultura ecológica.” A primeira idéia já surgiu. Uma fábrica de álcool da beterraba, produzido artesanalmente, mas tentando auto-abastecer o município.

Lucinda é uma líder dentro da comunidade. Como presidente da Associação dos Moradores da Comunidade de São José é ela que defende os interesses dos agricultores frente à prefeitura, bancos e sindicatos. A organização já começa em casa com o livro de contabilidade que tem registrando todas as entradas e saídas de dinheiro. Lucinda é natural do oeste catarinense, é técnica em contabilidade e antes de casar e trabalhar na lavoura era funcionária da Epagri, na função de instrução das mulheres agricultoras. A agroecologia é apenas uma das saídas buscadas por Lucinda. “Tivemos que ir buscar outras alternativas para não termos que ir embora, porque o governo... esse mesmo que não dá apoio nenhum.”

Até o ano passado, a família produzia maçã e teve que acabar com todos os pés porque estavam dando prejuízo. Apesar da safra boa e bom preço da maçã esse ano, a agricultora não se arrepende de ter acabado com a plantação, pois diz que o preço do insumo subiu mais do que o preço do produto. “Esse Mercosul foi um dragão que engoliu a gente. O governo esqueceu de preparar o agricultor, ele só tem dinheiro para os banqueiros. Ou então, investe em milhões em tecnologia espacial, mas isso dá comida para alguém?”

Outra alternativa, dessa vez para fugir dos bancos, foi associar-se à Cooperativa de Crédito. Os associados pensam em formar uma central de venda no município. “Essa é a única maneira do agricultor conseguir mais lucro. O intermediário tira 50% do lucro do agricultor, que acaba ficando sem nada porque tem as despesas da lavoura, isso quando não acontece o calote”, diz Lucinda.

Mas a principal cartada continua sendo a agroecologia e Lucinda é otimista e pensa em fazer chácara ecológica produzindo frutas como pêssego, ameixa, kiwi. “A agroecologia só traz benefícios. Os agrotóxicos, além de caros, poluem rios, plantas, seres humanos. O pior é que tem muito agricultor cabeça dura que acha que vale mais à pena usar o agrotóxico. Tá certo que a agroecologia dá mais trabalho, mas emprega mais e faz menos mal à saúde. Mas esses descendentes de alemães além de muito rígidos gostam de ir pelo mais fácil.”

HISTÓRIA FRANCESA NO INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

Segunda Guerra Mundial. O maior importador de alimentos do mundo, a França, entra no conflito formando a Tríplice Aliança. A guerra durou seis anos e em tempos de luta armada conseguir alimentar a população tendo que importar não é tarefa fácil. “Eles sabem o que é passar fome”, diz Fábio Luiz Búrigo, coordenador do programa de cooperativa de crédito da CEPAGRO, uma ONG que promove a agricultura de grupo. Fábio há pouco mais de um mês voltou da França, onde esteve por três meses estudando o processo agrícola daquele país.

Por ter passado dificuldades de conseguir alimento para a população, logo após a II Guerra, a França passou a adotar uma política agrícola diferenciada, incentivando e subsidiando a agricultura familiar. O resultado disso foi que passou de maior importador para o segundo maior exportador de alimentos do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. O governo francês utilizou da tática de conscientizar a população da importância da agricultura, não só como produtor de alimentos mas como uma maneira de preservação do meio-ambiente, tema tão em voga hoje em dia.

Quando não se tem agricultura familiar a região é desertificada. Os grandes vão tomando conta e a exploração passa a ser mais irracional. A política agrícola da França também procura incentivar os filhos de agricultores para que voltem ao campo depois dos estudos. Apesar de apenas 3% da população viver da agricultura, grande parte dela está começando a se concentrar nestas regiões para fugir do estresse das grandes cidades.

De acordo com Fábio Búrigo, mesmo com as políticas adotadas na França, tende a diminuir a população rural. “Isso acontece pelo próprio modelo tecnificante da agricultura. A expectativa de renda é alta, então, se não tem bom salário na agricultura, a pessoa vai embora. Outro problema é que não existe uma cultura rural forte. Mas lá existe o respeito pelo pequeno, coisa que não temos por aqui, sem contar que o sistema de cooperativas é fortíssimo e faz com que haja mais organização.” Fábio diz ainda que esses pequenos, apesar de serem apenas 3%, são organizados e tem poder político. “O governo subsidia em até 50% a agricultura familiar.”

O modelo francês sofre muitas críticas de estudiosos, entretanto. A principal é a tecnologia que provocou um excesso de produção, redução da mão-de-obra e causou deficiência no solo pelo uso de agrotóxicos e pela dependência da indústria. “O modelo social é bom mas o modelo tecnológico é igual ao do Brasil”, diz Fábio.

Mas não é necessário atravessar o oceano para descobrir países que incentivam a sua agricultura. Basta ir na Argentina, país vizinho ao Brasil e na mesma condição de “emergente”. Lá o governo subsidia todos os insumos, fazendo com que os agricultores consigam baratear o produto, o que tomou aquele país, dentro do Mercosul, o principal concorrente dos pequenos agricultores brasileiros que não tiveram qualquer tipo de preparação ou incentivo para o novo mercado que se formava. A situação hoje só melhorou por causa da desvalorização do Real, que fez com que os produtos argentinos se tomassem menos competitivos no Brasil.

PRONAF – O INCENTIVO DO GOVERNO BRASILEIRO

Desde 1995, funciona no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que tem como principal linha de ação o financiamento da agricultura familiar. Os juros cobrados nesse tipo de financiamento giram em torno de 5,75% mais a taxa de juro de longo prazo. Do resultado desse valor é deduzido a metade. Um dos cinco dedos do plano de governo de Fernando Henrique Cardoso dizia respeito à agricultura e o Pronaf é a principal política de ação.

Para o professor Antônio Carlos Machado, o Pronaf “é uma tremenda sacanagem, porque passa uma coisa que não é. O problema da agricultura não foi resolvido, mas se acabar o Pronaf o que já é ruim fica pior.” O programa atua em 22% da área agrícola brasileira (75% da área é de latifúndio e o restante é registrado como outros) que é responsável por 80% da produção de alimentos do país. “No fundo, o que o governo quer é manter a produção de alimentos para não ter que haver importação exagerada, mas não quer capitalizar ninguém.”

A descapitalização dos pequenos agricultores em Urubici é evidente. De acordo com o engenheiro agrônomo da Epagri de Urubici, Charles Grütner, a renda do agricultor vem diminuindo a cada ano e o que eles têm feito é diversificar culturas para buscar outros mercados. “Até a década passada, o agricultor tinha condições de em uma safra boa reformar a casa, comprar um carro, investir no estudo dos filhos e em novos equipamentos, e ainda sobrava dinheiro para a lavoura do outro ano. Agora, além de não poder fazer isso, tem que recorrer freqüentemente ao banco e por isso essa bancarrota geral.”

No Banco do Brasil de Urubici existem 102 agricultores inadimplentes, sem contar aqueles que renegociaram a dívida pagando parte dela. No ano passado aproximadamente 300 agricultores contraíram empréstimo, sendo, 160 através do Pronaf. Com o plano, o juro torna-se mais baixo mas é impreterível o pagamento no prazo estipulado, tomando-se mais difícil a renegociação. Isso porque no caso do Pronaf, quem arca com as despesas é o banco que tem que repassar ao governo o dinheiro no prazo estipulado. Se o agricultor não paga no prazo, passa a existir mais um juro, pós-fixado de 4% ao mês.

Mas o financiamento não é a única linha de ação, existem mais quatro. Financiamento de infraestrutura e serviços nos municípios, capacitação e profissionalização de agricultores e familiares, pesquisa em agricultura familiar e o Pronaf Agro-industrial. Desses, Urubici só foi beneficiado com o financiamento a juros menores. Em Santa Catarina de acordo com o secretário executivo do Programa no estado, Adroaldo Pagani da Silva, 57 municípios estão sendo beneficiados com melhora na infra-estrutura. O investimento é feito em estradas, abastecimento de água, casas de revenda de produtos agropecuários. Os municípios recebem os recursos por quatro anos, a fundo perdido. Os municípios beneficiados foram escolhidos através de um processo seletivo baseado em regras do próprio Pronaf.

De acordo com o presidente da Credi Araucária, João Frischembruder, o governo precisaria, além do Pronaf, restringir a entrada de produtos estrangeiros. "Hoje os grandes supermercados importam por causa da apresentação." Para o ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira e presidente do Fundo de Desenvolvimento de Pecuária de Corte, Pedro Camargo Neto, o governo atende principalmente os interesses dos grandes produtores, que possuem a maior bancada do Congresso Nacional. Pedro Camargo diz que na política de importações de produtos agrícolas, praticamente não existem restrições e os similares de alimentos produzidos aqui são importados para suprir necessidades de algumas indústrias que querem matéria prima mais barata.

“PARA MELHORAR, TEM QUE VOLTAR A DITADURA”

“Depois que esse desgraçado do Fernando Henrique entrou é que a coisa começou a ficar ruim. O Lula seria melhor, mas na hora de votar, eu assinali em todos os candidatos. O Brasil não tem jeito por causa da mordomia desses *cabras*, a coisa saiu do limite. Tão na mão dos Estados Unidos por causa da dívida, tão vendendo tudo e não conseguem nem tapar os juros. Para melhorar tem que voltar a ditadura. Meu pai dizia que naquela época o que tinha para vender vendia bem, não tinha imposto. Vê esses kit de primeiros socorros, quanto que o governo ganhou? Em vez de pagar a dívida não, pegou o dinheiro para ganhos próprios. Também com esse monte de deputado. A ditadura, a primeira coisa que ia fazer era cortar com esses bando de deputado.”

Os governantes militares acabaram bastante desmoralizados pelos novos ares pós-Guerra Fria. Mas para Leti, que era adolescente na época, só ficaram boas lembranças. Lembrança de um tempo em que se produzia e vendia, não se dependia dos bancos e ainda eram os tempos áureos de subsídios à agricultura. O professor Antônio Carlos Machado diz que a agricultura foi beneficiada na época, por uma questão estratégica.

Havia sempre a idéia de que um conflito poderia acontecer. Segundo o cônsul argentino no Brasil, Carlos Garcia Baltar, Brasil e Argentina, por exemplo, passaram anos vivendo um clima de hostilidade e desconfiança, em que as Forças Armadas dos dois países trabalhavam com a hipótese de um conflito. Para isso, o Brasil precisaria estar preparado, e de acordo com Antônio Carlos o que os militares fizeram foi favorecer a agricultura para suprir uma eventual necessidade de guerra.

Para viver em tempo de guerra, três coisas são essenciais para um país: produzir seus próprios alimentos, ter uma indústria que fabrique equipamentos bélicos e meios de transporte. Quem produz alimentos são sem dúvida os agricultores que precisavam de incentivos e subsídios. Na onda da modernização, as indústrias de tratores foram fortalecidas, mas em caso de conflito a linha de produção seria facilmente alterada para a produção de armamentos. Por último, os produtores agrícolas só conseguiriam comercializar seus produtos se tivessem boas condições

de escoamento, através de boas estradas e com vários destinos. Em caso de conflito, uma boa rede rodoviária seria também essencial para locomoção.

Muitos agricultores pensam como Leti e acreditam que a volta da ditadura seria o melhor. Como discordar se, na época, não importando as intenções do governo, o agricultor foi beneficiado?

O DIFÍCIL CAMINHO DA COMERCIALIZAÇÃO

O comércio das hortaliças, segundo os estudiosos, apresenta uma série de problemas decorrentes das características do produto, dificultando assim a organização, fluidez e livre concorrência no mercado e facilitando a intermediação excessiva e até a especulação. As hortaliças, por serem altamente perecíveis e mais vulneráveis às oscilações de preço no mercado, criam uma situação de insegurança, levando os produtores muitas vezes a grandes perdas. É esse o maior problema do agricultor urubiciense.

O alto grau de perecibilidade que caracteriza a maioria dos produtos hortícolas obriga os agricultores a vender sua produção no momento da colheita. Dessa maneira, eles não têm como negociar o preço e, além disso, quanto mais distanciados do centro consumidor, menos controle podem exercer sobre a fidedignidade das informações que lhes dá o intermediário.

Em Urubici, a comercialização é feita basicamente pelos intermediários. O agricultor fica à espera, e como tem que vender o produto logo, para não perder a produção, acaba entregando-o a preços irrisórios. Ano passado, o número de calotes foi muito grande pois o agricultor acabava vendendo a cheque, quando não vendia fiado, anotando num caderninho e esperando o comprador voltar para acertar as contas. A agricultora Cleusa Willemann diz ter um cuidado especial, só depositando a confiança no comprador depois de anos, mas nem isso a livrou do calote. "O comprador que negociava comigo há anos, pagava sempre em dia, tudo certinho, já tínhamos bastante conhecimento dele, acabou abusando da nossa confiança e ano passado fez uma compra grande, passou um cheque sem fundo e nunca mais voltou aqui."

De acordo com a pesquisa de Celito Israel, 92% dos horticultores vendem sua produção aos intermediários, representados pelos caminhoneiros vindos da região litorânea do estado e por pessoas do próprio município. Na pesquisa fica evidenciado que esses intermediários é que ditam os preços: 74% dos entrevistados informaram que tomam conhecimento dos preços através deles. Segundo levantamento efetuado pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, a variação de preços dos hortigranjeiros entre o produtor e o consumidor atinge até 500%.

A pesquisa demonstrou que existe quase unanimidade entre os produtores de que o maior problema é o preço, em geral muito baixo. A atuação dos intermediários que rebaixam os preços, especialmente aos pequenos produtores, está levando ao desestímulo e até mesmo ao abandono da atividade.

O retorno não compensa os custos. Para plantar um quarto de hectare de tomate, por exemplo, o agricultor precisa investir, segundo projeto de financiamento da Epagri, R\$ 2049,31, isso antes do aumento do preço dos insumos. O pedaço plantado produziria 15 toneladas do produto, ou o equivalente a 681 caixas. Na safra 97/98, o preço da caixa girava em torno de R\$ 13,00, o que geraria um retorno de R\$ 8.853,00. A safra desse ano não está conseguindo nem alcançar o preço de R\$ 5,00, o que daria um retorno de R\$ 3.409,00. É bom lembrar que a safra em Urubici é anual, isso significa que o retorno do agricultor precisa ser suficiente para seu sustento durante o ano inteiro, e para que não caia no banco é necessário que sobre para o investimento em uma nova safra. “O resultado disso”, diz o engenheiro agrônomo da Epagri de Urubici, Charles Grüdner, “é que o agricultor não tem conseguido se capitalizar e muito menos conseguido investir em tecnologia, tendendo inclusive a perder em qualidade para outras regiões mais desenvolvidas.”

A HISTÓRIA DA AGRICULTURA NO BRASIL

A agricultura no Brasil é responsável por 11% do Produto Interno Bruto. Mais de 50% da população sobrevive dela, mas há muito os governos vêm deixando-a de lado. A tecnologia vem expulsando o homem do campo e, segundo estimativas do IBGE, a população rural brasileira na próxima década não ultrapassará os 20%. O incentivo maior do governo é dado às indústrias que não têm a capacidade de geração de empregos como o campo. Um trabalho recente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) mostra que, no estado de Santa Catarina, mais da metade do valor da produção agropecuária vem de unidades produtivas que dependem fundamentalmente do trabalho da família. Cada família que sobrevive da agricultura ocupa em média 4 a 5 pessoas, só de mão-de-obra familiar.

A modernização da agricultura ocorrida nas últimas décadas agravou a dependência do setor agrícola ao setor industrial. O final dos anos 60 marca, de um lado, a intensificação de um processo de mudança na base técnica da agricultura, bem como da intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola, que provocam o aumento da demanda de produtos agrícolas. De outro lado, a agricultura torna-se mais articulada com a indústria produtora de insumos e bens de capital de que faz uso e, também, da agroindústria.

A década de 70 foi o auge do processo da modernização da agricultura e gerou aumento de produção e produtividade agrícola. Este fato gerou também o desenvolvimento comercial, agro-industrial e de serviços dos pequenos e médios municípios. A viabilização deste processo foi possível porque o Estado transferiu importantes recursos na forma de crédito subsidiado, incentivos fiscais, garantias de preços, pesquisa e extensão rural e outros. Mas isto não se sustentou por muito tempo. O setor agrícola, então, entrou em crise, levando os pequenos municípios a uma situação de profundas incertezas e os beneficiados foram os agricultores mais capitalizados, pois sempre prevaleceu uma elevada concentração do crédito rural nas mãos dos grandes produtores, que passaram a exportar.

O fato da pequena produção familiar, em geral, ter-se orientado para a produção de mercadorias para o mercado interno explica a possibilidade dos preços baixos, mas não os determina. Em função das formas de subordinação da produção agrícola ao capital industrial

ou comercial, quanto menor for o preço pago ao produtor rural, maiores serão os lucros das empresas industriais ou comerciais que controlam a produção agrícola. Por imposição do capital industrial e comercial, segundo José Graziano Silva no livro "Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura", os pequenos agricultores passaram a ser consumidores de insumos industriais.

No Brasil, a agricultura familiar foi sempre marginalizada pelas políticas públicas. A agricultura cumpriu um papel para o Estado Brasileiro de gerador de divisas, afim de honrar seus compromissos externos. Este modelo originou graves consequências sociais e econômicas, como o êxodo rural, expulsando cerca de 28 milhões de pessoas do campo nos últimos 30 anos; a fome que assola 32 milhões de indigentes brasileiros; e o inchaço das cidades com miséria, desemprego e violência. Para os trabalhadores urbanos a consequência foi o aumento dos preços dos alimentos, fruto da priorização às culturas de exportação e do aumento dos preços dos insumos agrícolas.

De acordo com o relatório do Departamento Sindical de Estudos Rurais (Deser) várias contradições no processo de modernização da agricultura conduziram a esta crise: a miséria no meio rural não foi eliminada; estimulou-se a concentração de renda e de propriedade da terra; houve incentivos para a concentração agro-industrial; foi incentivado o uso de tecnologias que provocaram a degradação e contaminação do meio ambiente; não se garantiu qualidade de vida às pessoas que vivem no meio rural (acesso a bons serviços nas áreas de saúde, educação, previdência, lazer, cultura, etc).

O atual modelo tecnológico é baseado na utilização de insumos industrializados, adubos químicos, sementes híbridas, agrotóxicos e máquinas. Este modelo trouxe a dependência da agricultura a setores industriais multinacionais, sendo um dos grandes responsáveis pela maior concentração da produção, pela perda de renda da agricultura, pelo agravamento das condições do solo, pela redução da biodiversidade, e pela deterioração da saúde dos trabalhadores.

Na década de 80, começa a aparecer a crise do modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado no endividamento externo e promovido pela ditadura militar. Os números mostram que o montante de crédito rural concedido atingiu valor máximo em 1980, quando foram liberados

US\$ 24,6 bilhões e a partir daí cai em valores reais, atingindo em 1990 US\$ 7,4 bilhões, valor este que se manteve constante até 1993. Hoje esse número não ultrapassa os US\$ 10 bilhões.

Com a implantação do Plano Real, a agricultura foi seriamente penalizada. A renda agrícola caiu bruscamente por causa da queda dos preços dos produtos e pelos altos juros cobrados nos financiamentos bancários ou créditos adquiridos junto ao comércio. A queda das alíquotas de importação tornaram os produtos estrangeiros mais competitivos frente aos nacionais e para os agricultores brasileiros não houve nenhum estímulo ou auxílio para se reorganizar e se adaptar a essa nova conjuntura comercial. Os agricultores brasileiros entraram em um processo de concorrência internacional num momento de profunda fragilidade econômica de suas unidades produtivas.

PEQUENAS CIDADES - A agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A captação de recursos de poupança nas pequenas cidades está calcada nos agricultores familiares. A geração de emprego, de pessoal ocupado e o "giro" no comércio das pequenas cidades, e em conseqüência, um maior movimento nas agências bancárias são proporcionados pelos agricultores familiares, quando esses têm acesso a políticas adequadas de crédito rural.

O incentivo a outras atividades econômicas evita o êxodo rural através da geração de empregos locais, utilizando a mão de obra excedente da agricultura. Essas outras atividades econômicas devem ser prioritariamente derivadas da agricultura. Como exemplo pode-se citar as pequenas e médias agro-indústrias, estruturas de comercialização, pequenas e médias indústrias; turismo rural, etc.

O FIM DO AGRICULTOR NOS ESTADOS UNIDOS

A revolução da alta tecnologia não é normalmente associada à agricultura. Entretanto, alguns dos avanços mais impressionantes na automação estão ocorrendo na agricultura. Embora ultimamente a atenção pública tenha se voltado para os efeitos do desemprego tecnológico nos setores industrial e de serviços, uma revolução tecnológica igualmente profunda está mudando a natureza da agricultura moderna e, em seu processo, levantando sérias questões sobre o futuro da mão de obra agrícola nos países em todo o mundo.

Quase a metade dos seres humanos no planeta ainda lavram a terra. Um número de 2,4 bilhões de pessoas, segundo dados da FAO (1993), dependem da terra para sua sobrevivência. Mas os novos avanços nas ciências e nas humanas, tecnologias ameaçam acabar com a agricultura ao ar livre, por volta da metade do próximo século.

A mecanização da agricultura começou há mais de cem anos. Em 1880, eram necessários mais de 20 homens/hora para colher um acre de trigo. Em 1916 o número era de 12,7. Vinte anos depois somente 6,1 homens/hora. Os ganhos de produtividade na agricultura nos Estados Unidos têm sido tão súbitos e efetivos que ao final da década de 1920 a instabilidade econômica não era mais alimentada pela quebra de safras, mas sim, pela superprodução.

Em pouco mais de cem anos, as mudanças tecnológicas na agricultura americana transformaram o país de uma sociedade essencialmente agrícola, para uma nação urbana industrializada. Em 1850, 60% da população trabalhadora estava localizada no meio rural, hoje esse número é inferior a 2,7%.

O alto preço das máquinas e os aumentos de produtividade resultantes de economias de escala têm favorecido o grande produtor em prejuízo do pequeno. Embora a população das fazendas seja de apenas 3 milhões de habitantes, sustenta uma indústria de alimentos que emprega mais de 20 milhões de pessoas. É de surpreender, mas a indústria alimentícia e de fibras é a maior dos Estados Unidos. Mais de 20% do PIB e 22% da força de trabalho dependem das culturas que crescem em terras agrícolas e de animais criados em pastagens e fazendas industriais.

nova era de produção de alimentos - dissociada da terra, do clima e de mudanças de estação, agentes que sempre foram condicionadores da produção agrícola. Nos próximos 50 anos, a agricultura tradicional deverá declinar, vítima das forças tecnológicas que rapidamente estão substituindo a agricultura ao ar livre, pela manipulação de moléculas no laboratório. Enquanto a primeira revolução tecnológica na agricultura substituiu a força animal e o trabalho humano por máquinas e produtos químicos, agora, uma emergente revolução biotecnológica não demorará a substituir o cultivo de terra por culturas de laboratório, mudando para sempre o modo como o mundo vê a produção de alimentos.

Os recentes avanços tecnológicos na agricultura mundial prometem maior produtividade e redução nas necessidades de mão de obra, mais impressionante do que qualquer revolução tecnológica equivalente na história do mundo. O preço humano do progresso comercial provavelmente será assombroso, diz Rifkin. Centenas de milhões de agricultores em todo o mundo enfrentam a perspectiva de sua eliminação permanente do processo econômico. Ainda mais grave, os setores industrial e de serviços, que tradicionalmente têm absorvido trabalhadores rurais desempregados, estão vivendo sua própria revolução tecnológica, eliminando milhões de cargos para dar lugar à reengenharia e a ambientes de trabalho altamente automatizados.

Em 1850, um único trabalhador rural produzia alimento suficiente para quatro pessoas. Hoje nos Estados Unidos, um único agricultor produz alimento suficiente para alimentar 78 pessoas. A produção aumentou 25% na década de 1940, 20% em 1950 e 17% nos anos 60. Na década de 1980, a produtividade agrícola aumentou mais de 28%.

Os fantásticos ganhos em produtividade tiveram um impacto devastador nas fazendas familiares. Safras mais produtivas criaram a crise da super oferta e a conseqüente queda de preços. Preços comprimidos, por sua vez, forçaram os agricultores a produzirem ainda mais para cobrir custos fixos e indiretos, perpetuando o ciclo da superprodução e de queda de preços.

Atualmente existem mais de nove milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza em áreas rurais decadentes nos Estados Unidos - todas vítimas dos grandes avanços na tecnologia agrícola, que tornaram o país o maior produtor de alimentos do mundo e a agricultura americana motivo de inveja de cada nação.

Mas os avanços tecnológicos não param. Os *softwares* agrícolas já estão sendo desenvolvido para ajudar os agricultores a monitorar o meio-ambiente, identificar áreas problemáticas, delinear estratégias de intervenção e implementar planos de ação. No futuro próximo, "sistemas especializados" informatizados coletarão dados sobre as mudanças meteorológicas, condições do solo e outras variáveis, de sensores computadorizados posicionados na terra e usarão as informações para fazer recomendações específicas ao agricultor.

Enquanto as novas tecnologias da informação e a robótica estão mudando a natureza do gerenciamento agrícola, substituindo a mão de obra humana por máquinas em virtualmente cada área de atividade, as novas tecnologias de cruzamento genético estão mudando o próprio modo como plantas e animais são produzidos. A engenharia genética é a aplicação de padrões de engenharia à manipulação dos genes. Esses padrões de engenharia incluem controles de qualidade, padrões de mensuração quantificáveis, precisão, eficiência e utilidade.

De acordo com Jeremy Rifkin em seu livro "O fim do emprego", a reunião da revolução do computador e da revolução da biotecnologia num complexo tecnológico único, prenuncia uma